

Estes trabalhadores fazem falta ao país: É preciso travar os objectivos da Altice!



21 JULHO, A Solidariedade do PCP à luta na PT/MEO

A greve e a manifestação nacional dos trabalhadores da PT/MEO realizada no passado dia 21 de Julho foi uma extraordinária **resposta ao comportamento da multinacional Altice e um importante aviso ao Governo** e às entidades públicas cuja passividade ou cumplicidade tem permitido os desmandos da Altice.

Foram claras as mensagens que se ouviram: O assédio, a chantagem, as transferências compulsivas e os despedimentos têm que parar; a utilização fraudulenta da transmissão de estabelecimentos tem que ser travada; o recurso sistemático ao outsourcing que leva à precariedade no trabalho e na vida tem que acabar; a privatização foi um crime contra o país, o controlo público deve ser retomado.

O PCP, que convocara para dia 20 Julho um debate de urgência sobre a PT na Assembleia da República onde apresentara um Projecto de Resolução (próxima página) esteve na manifestação através do seu Secretário-Geral, Jerónimo de Sousa, expressando a solidariedade com a justa e corajosa luta que os trabalhadores da PT/MEO têm estado a desenvolver.

A luta tem agora que continuar, em todas as vertentes.

O Governo e o Estado português têm todos os instrumentos, **assim os queiram usar**, para travar os desmandos da Altice: em vez de ir aplicando multas irrisórias face aos ganhos da multinacional com as práticas abusivas, a ACT deve agir com rapidez e eficácia; os tribunais têm que ser chamados a travar a fraude e o assédio, para o que não se necessita de alterar as leis mas sim fazê-las cumprir; o Governo deve começar a tratar da retoma do controlo público sobre a PT.

E para travar os desmandos e a exploração do patronato, os trabalhadores contam com as armas de sempre: **a sua organização, unidade e luta!** Os mesmos instrumentos com que conta Portugal para sair da situação para onde a política de direita o empurrou. Rompendo com os interesses do grande capital e a submissão à União Europeia e ao Euro. Concretizando uma política patriótica e de esquerda ao serviço dos trabalhadores, do povo e do país.

PCP apresenta Projecto de Resolução na Assembleia da República

Na sequência da Interpelação ao Governo realizada no dia 19 de Julho, o PCP apresentou uma Projeto de Resolução «Travar a liquidação da PT, defender os trabalhadores e o interesse nacional», que será discutido no reatar dos trabalhos parlamentares em Setembro, e que aqui damos conhecimento aos trabalhadores:

«A PT – Portugal Telecom, aquela que já foi a maior empresa nacional, foi e está a ser conduzida à destruição. Portugal está a perder assim a principal empresa de um sector estratégico para o País, milhares de postos de trabalho diretos e indiretos e uma assumida vanguarda tecnológica.

Desde 2000, a PT entregou aos seus acionistas quase 15 mil milhões de euros. Foram estes interesses ligados aos grupos económicos e ao capital financeiro quem ganhou com a privatização. Já o Estado perdeu o comando estratégico da PT, a receita dos dividendos da PT e significativas receitas fiscais.

O que está a acontecer com a PT não é infelizmente nada de novo em Portugal. É o resultado da política de direita. É o resultado do paradigma central dessa política – privatização, liberalização, «internacionalização», desnacionalização – com a simultânea reconstituição dos grupos económicos monopolistas e o domínio do capital estrangeiro, que passam a assegurar o comando dos sectores e empresas estratégicas, em geral liquidando os centros de decisão localizados em Portugal.

O percurso dos últimos 23 anos da PT é elucidativo do processo de destruição de uma grande empresa nacional. Em 1994 cria-se a Portugal Telecom, SA, aglomerando a TP, os TLP e a TDP, que, em 1995, absorve a Marconi. Logo em 1995, ainda no Governo PSD/Cavaco Silva, realiza-se a 1ª Fase da privatização da PT (27,26%), seguida de uma segunda em 1996 (mais 21,74%) uma terceira em 1997 (26,00%), uma quarta fase em 1999 e uma quinta em 2000 que deixam o Estado limitado a 500 ações Golden Share. Em julho de 2011 o Governo oferece, literalmente sem contrapartidas, a Golden Share da PT aos acionistas privados. Entretanto, igualmente envolvendo os sucessivos governos, deram-se episódios como: a venda da Vivo à Telefónica com 3,75 mil milhões de dividendos distribuídos pelos acionistas livres de impostos e outro tanto aplicado na compra da brasileira Oi (tecnologicamente antiquada e altamente endividada); a fusão da PT e da Oi com a saída do centro de decisão para o Brasil; a venda, a um preço irrisório, da rede fixa pública de telecomunicações à PT; o reconhecimento da gestão danosa na PT e do empréstimo desta à Rioforte do GES de 900 milhões de euros; a venda da PT à multinacional Altice.

A atual fase de liquidação da PT, agora sobre controlo da multinacional ALTICE, é dirigida diretamente contra os seus trabalhadores. A Altice está há meses numa gigantesca operação de chantagem, repressão e assédio sobre os trabalhadores da PT. Com o objetivo de maximizar os seus lucros, a multinacional decidiu despedir alguns milhares de trabalhadores da PT, libertando-se de um conjunto de encargos assumidos e que já existiam quando comprou a empresa.

A Altice contará arrecadar alguns milhares de milhões de euros, libertando-se dos encargos com três mil trabalhadores e das responsabilidades com um número idêntico de pré-reformados. Há meses que coloca centenas de trabalhadores em salas de “disponíveis” de uma “unidade de suporte”, mantendo-os sem ocupação ou atribuindo-lhes funções completamente inadequadas e inaceitáveis, chantageando esses trabalhadores e usando-os como mecanismo de assédio sobre outros, a todos tentando impor rescisões supostamente “amigáveis” e de “baixo custo”.

O processo de repressão e assédio acelerou-se com a fraude em curso, que assenta na utilização abusiva das regras da transmissão de estabelecimento. A empresa está a montar múltiplas operações fraudulentas, onde simula transmissões de estabelecimentos, e pretende realizar a transmissão compulsiva de trabalhadores para prestadores de serviços e outras empresas similares. Só neste momento, a PT tem mais de 200 trabalhadores ameaçados de transferência compulsiva e 461 trabalhadores ameaçados de serem rapidamente envolvidos num processo similar se não aceitarem as rescisões «amigáveis» que lhe foram «oferecidas».

O Código de Trabalho e a Constituição da República não permitem que a multinacional faça o que está a fazer. Mesmo com o atual Código do Trabalho, e independentemente da sua necessária alteração, a Altice pode e deve ser travada. Não basta aplicar multas que, sendo reveladoras da dimensão das práticas ilegais da multinacional, são simplesmente transformadas pela Altice num custo na sua contabilidade. É preciso que haja vontade política de travar estas práticas e os instrumentos e mecanismos existentes sejam utilizados.

A Assembleia da República não pode aceitar que se liquide definitivamente a PT como grande e estratégica empresa nacional de telecomunicações. A Assembleia da República, ou de um modo geral o poder político, não pode assistir passivamente as agressões aos trabalhadores que estão em curso por parte de uma multinacional. O Governo pode e deve opor-se a tal desfecho e criar as condições para garantir a PT como empresa de capitais nacionais, sob controlo público, que coloque o sector das telecomunicações ao serviço do povo e do País. Nestes termos, o PCP propõem que a Assembleia da República adote a seguinte resolução:

- 1. Recomendar ao Governo que acione todos os instrumentos de que dispõe o Estado Português para travar o processo de repressão, assédio e chantagem da multinacional Altice contra os trabalhadores da PT;**
- 2. Recomendar ao Governo que inicie o processo de regresso da PT ao controle público.»**

1 Agosto 2017

pcp@pcp.pt

Célula na PT

Partido Comunista Português

